

O movimento da Economia Solidária na Colômbia (algumas reflexões)

Para falar de movimentos sociais e do movimento social em Colômbia, é preciso considerar um aspecto da conjuntura que na verdade já tem se convertido em estrutura. Esse aspecto é o conflito armado, que não faz mais parte da conjuntura porque temos mais de 50 anos de conflito.

Este conflito que tem diferentes atores, e se expressa de diferentes maneiras no território nacional, de forma direta ou indireta afeta a organização dos trabalhadores, dos grupos de pequenos produtores. Afeta porque existe uma criminalização dos movimentos sociais e isso se reflete no trabalho feito pelas organizações, as vezes de maneira fragmentada.

Segundo o Departamento Administrativo Nacional da Economia Solidária DANCOSOL, existem em Colômbia 10.555 organizações da ES entre cooperativas, fundos de empregados e associações mutuais. Esses três tipos de organizações agrupam 5.453.930 associados, dos quais 82% pertence a cooperativas, 15% a fundo de empregados e 3% associações mutuais.

Também existem uma extensa rede de juntas de ação comunitária, organizações de voluntariado, associações, corporações e fundações. As cooperativas financeiras e de saúde representam um bom número das cooperativas. As anteriores dados não representam a quantidade de empreendimentos espalhados pelos pais.

Para comparar com alguns elementos do movimento de economia solidária no Brasil, o mais próximo ao que conhecemos como empreendimentos econômicos solidários, são os grupos de produtores, de camponeses, artesãos. Muitos não se encontram mapeados nos dados apresentados acima, por não estar formalizados legalmente. Mas as práticas e princípios seguem a mesma linha.

Existe também um forte trabalho que se organiza desde as fundações e algumas organizações, que trabalham com os grupos, princípios de solidariedade, cooperativos, agroecológicos, de um turismo solidário e finanças solidárias.

Não existe um espaço de articulação nacional parecido com o FBES, nem espaços de participação social como conselhos, conferências nacionais, entre outros. A democracia na Colômbia é principalmente representativa (voto e não de espaço de participação).

O que mobiliza aos grupos de pequenos produtores e as organizações que fazem economia solidária, é a visão de uma sociedade mais justa, em pro da soberania alimentar, e com melhores na qualidade de vida. Também tem um grande motor da mobilização que é a paz no territórios, e a paz a nível nacional.

Colômbia tem uma lei de economia solidária (lei 474 de 1998) que é a primeira de América Latina, e tem servido como referência para outros países. A questão é que esta lei não foi criada da base para cima. A lei contempla muitos princípios e pontos nos que a ES brasileira também se veria

contemplada, mas tem as mesmas limitações, como o número mínimo de participantes que são precisos para conformar uma cooperativa.

A ES é vista como um setor da economia nacional pela maioria da população, e é vista como geração de trabalho e renda por outros. Começa a ser vista como *movimento* também pelas crescentes práticas de comércio justo, e a participação nas redes internacionais que tem permitido uma rica troca de experiências e conhecimento de outras realidades. Participações no FSM, em diversos espaços como encontros da Rede Intercontinental de promoção da Economia Social e Solidária RIPESS. O passado encontro da RIPESS foi realizado em Medellín em 2010 e reuniu organizações da ES de América latina deixando muitos desafios entre os participantes colombianos antes a apresentação da experiência brasileira, de organização de movimento, da incidência em políticas públicas e de um Sistema Nacional de Comércio Justo SNCJ.

A lei 474 de 1998 criou o DANSOCIAL, departamento encarregado de fomentar a educação solidária, de maneira formal mediante convênios e instituições, e de maneira informal com cursos e diplomados. DANSOCIAL também incentiva pesquisas e divulgação do setor cooperativo; fomenta também a conformação de redes de comercialização e as micro-finanças. Além desses eixos de ação tem ações pontuais para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e o desenvolvimento de programas e políticas para a população vulnerável, vivenda, questões de gênero.

Finalmente, trazendo a discussão da economia solidária da Colômbia e o Brasil, para um plano mais amplo, temos alguns limites e desafios para a realização de um processo articulado de ação em economia solidária em América Latina.

É preciso fazer uma incidência nos espaços de integração latino americana, nos integrar com outros movimentos sociais, participar nos fóruns de América latina para assim fortalecer processos coletivos. As organizações da sociedade civil tem que fortalecer as redes de economia solidária, de comércio justo. Se deve ter uma estratégia para aproveitar melhor os espaços de debate e discussão, fortalecendo uma participação organizada de organizações e movimentos.

Outro desafio é o de promover intercâmbios comerciais entre os EES dos diferentes países, realização de feiras, e construção de circuitos comerciais em zonas de fronteiras. Fica também o desafio de melhorar qualitativamente a cooperação entre os governos dos diferentes países, para intercambiar experiências de políticas e programas desenvolvidos para o fortalecimento de práticas de economia solidária, comércio justo e segurança alimentar, entre outros.

Tatiana Castilla

Mestranda Sociologia UnB